

Em 29 de Agosto de 2005 — presidente da Comissão Regional de Reserva Agrícola;

Em 8 de Julho de 2004 — representante da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo na comissão técnica de acompanhamento da Directiva n.º 91/696/CEE, sobre a poluição provocada por nitratos de origem agrícola;

Em 16 de Dezembro de 1994 — coordenadora do Secretariado de Apoio à Unidade Regional de Gestão das medidas n.ºs 1, «Infra-estruturas agrícolas», 4, «IED, formação, organização, divulgação e estudos estratégicos», e 5, «Incentivo aos produtores tradicionais regionais»;

Em 12 de Junho de 1991 — transitou para o quadro da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo com a categoria de técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro;

Em 29 de Novembro de 1990 — gestora regional do Programa Nacional de Drenagem e Conservação do Solo;

Em 9 de Novembro de 1989 — destacada para a Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, desempenhando funções na Divisão de Solos e Engenharia Agrícola;

Em 20 de Fevereiro de 1980 — ingressou no quadro da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola na categoria de engenheiro de 2.ª classe;

Em 18 de Junho de 1979 — integrou uma equipa enviada para o Centro Experimental de Erosão de Vale Formoso a fim de elaborar um estudo sobre erosão e um plano de conservação do solo do posto experimental;

Em 10 de Outubro de 1978 — iniciou a actividade profissional com a frequência do curso «Aperfeiçoamento em drenagem e conservação do solo», com a duração de sete meses, no âmbito do projecto «Drenagem e conservação do solo no Alentejo», Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Despacho (extracto) n.º 10 805/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o técnico principal da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo Lúcio Cordeiro Esteves Carias para exercer, em regime de substituição, o cargo de delegado regional de Agricultura e Pescas de Portalegre desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Lúcio Cordeiro Esteves Carias, casado, natural de Nisa, nascido em 20 de Novembro de 1958.

Formação académica — curso de Regente Agrícola, pela Escola de Regentes Agrícolas de Évora, concluído em 19 de Julho de 1978. Outras formações relevantes:

Curso de Gestão de Recursos e Informação de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2005;

Curso de Introdução ao ArcGIS (8.X) nível I, ESRI Portugal, 2004; Curso de técnicos coordenadores de centros de prevenção e detecção, DGRF, Caldas da Rainha, 2004;

Seminário Florestação de terras agrícolas, DGDR, Lisboa, 2001; Curso de intervenções silvícolas na prevenção de incêndios, FORESTIS, no Instituto de Biologia Molecular e Celular, Porto, 1998.

Curriculo profissional:

Em 26 de Janeiro de 2007 foi promovido, precedendo concurso, a técnico principal da carreira de engenheiro técnico agrário, ficando afecto à Zona Agrária de Portalegre;

Em 31 de Maio de 2006, por despacho do director-geral dos Recursos Florestais, fica afecto ao Núcleo Florestal do Alto Alentejo, estrutura desconcentrada da DGRF — representante da DGRF — CFS nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios; oficial de ligação da DGRF com o CDOS para o território do Núcleo;

Em 2004 e 2005, como técnico da DGRF, desempenha funções em colaboração com o comandante do CDOS (Comando, Detecção, Operações e Socorro);

Em Abril de 2004, por conveniência do serviço, fica afecto a um dos serviços desconcentrados da DGRF, Núcleo Florestal do Alto Alentejo, para participar e desempenhar a função de coordenador do Centro de Prevenção e Detecção (CPD) — 022, em Portalegre;

Em Junho de 1997, fica afecto à Direcção de Serviços das Florestas da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, onde desempenha funções no âmbito da Divisão de Protecção e Conservação Florestal;

Em 23 de Julho de 1990, fica afecto ao Sector de Ajudas ao Investimento;

De Fevereiro de 1987 a Agosto de 1989, coordenador e orientador do Plano de Recolocação de Pequenos e Médios Agricultores abrangidos por entregas de reservas, bem como a consolidação entre os beneficiários da entrega, com os pequenos e médios agricultores, na zona de intervenção da Reforma Agrária, funções que desempenhou cumulativamente com as de Responsável do Sector de Gestão e Estruturação Fundiária de Portalegre;

Em 20 de Novembro de 1980 iniciou a sua actividade na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, Sector de Gestão e Estruturação Fundiária;

De 1 de Outubro de 1979 a 19 de Novembro de 1980, iniciou, na Escola Secundária de Serpa, as funções de professor provisório do 11.º grupo B, disciplinas de Ciências da Natureza e Biologia.

Despacho n.º 10 806/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a assessora principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciada em Sociologia Maria Helena Coelho Rebelo Marques Bravo Cosinha para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Desenvolvimento Rural Sustentável desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Maria Helena Coelho Rebelo Marques Bravo Cosinha, casada, natural de Viana do Castelo, nascida em 16 de Agosto de 1953.

Formação académica — licenciatura em Sociologia pela ESESE (Escola Superior Económica e Social de Évora) (1976);

Outras formações relevantes — frequentou diversas acções de formação nos domínios do associativismo agrícola, desenvolvimento rural, formação profissional, cessação de actividade agrícola e reforma antecipada.

Experiência profissional:

2002-2007 — desempenhou funções técnicas na Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo. Responsável pela coordenação ao nível regional da Intervenção Reforma Antecipada — RURIS. No âmbito do associativismo agrícola, prestou apoio técnico à constituição e reconhecimento de cooperativas, organizações e agrupamentos de produtores e foi responsável pela apreciação dos pedidos de apoio financeiro das organizações de produtores florestais (AGRIS n.º 3.1);

1997-2002 — chefe de divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da DRAAL. No âmbito das suas funções, integrou vários grupos de trabalho nomeadamente como representante no grupo de trabalho para a certificação de produtos agro-alimentares presidido pela DGDR (Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural). Representou a DRAAL na comissão regional do RIME (Regime de Incentivos às Micro-Empresas), presidida pela Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. Integrou o grupo de trabalho designado para apresentar a proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 335/99 (regulamentação das cooperativas agrícolas). Coordenou ao nível regional o Programa de Apoio aos Pequenos Agricultores, no âmbito do mercado social de emprego. Foi coordenadora regional do grupo de trabalho que elaborou as propostas de regulamentação